



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 1. ENTE

**Nome:** Prefeitura Municipal de Ourinhos / SP  
**Endereço:** Travessa Vereador Abrahão Abujamra 62  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (014) 3302-6000  
**Fax:** (014) 3302-6000  
**CNPJ:** 53.415.717/0001-60  
**Complemento:**  
**CEP:** 19900-900  
**E-mail:** pmo@ourinhos.sp.gov.br

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

**Nome:** Belkis Gonçalves Santos Fernandes  
**Cargo:** Prefeito  
**E-mail:** pmo@ourinhos.sp.gov.br  
**CPF:** 039.209.608-07  
**Complemento do Cargo:**  
**Data Início de Gestão:** 01/01/2013

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

**Nome:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos  
**Endereço:** Rua Monsenhor Córdova, 53  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (014) 3335-1920  
**Fax:** (014) 3335-1920  
**CNPJ:** 05.591.313/0001-85  
**Complemento:**  
**CEP:** 19900-103  
**E-mail:** ipmourinhos@hotmail.com

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

**Nome:** Fernando Nogueira de Oliveira  
**Cargo:** Presidente  
**Complemento do Cargo:**  
**Telefone:** (014) 3335-1920  
**Fax:** (014) 3335-1920  
**CPF:** 137.193.118-64  
**Data Início de Gestão:** 01/02/2005  
**E-mail:** fer.ourinhos@hotmail.com

### 5. GESTOR DE RECURSOS

**Nome:** Fernando Nogueira de Oliveira  
**Cargo:** Presidente  
**Complemento do Cargo:**  
**Telefone:** (014) 3335-1920  
**Fax:** (014) 3335-1920  
**CPF:** 137.193.118-64  
**Data Início de Gestão:** 01/02/2005  
**E-mail:** fer.ourinhos@hotmail.com  
**Entidade Certificadora:** ANBIMA  
**Validade Certificação:** 26/03/2015

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

**Nome:** Reinaldo Correia  
**Telefone:** (014) 3335-1920  
**Fax:** (014) 3335-1920  
**CPF:** 072.164.628-07  
**Data de envio:** 26/12/2012  
**E-mail:** rcorreia1206@hotmail.com  
**[(Retificação)]**

**7. DEMONSTRATIVO**

Exercício: 2013

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Fernando Nogueira de Oliveira

CPF: 137.193.118-64

Data da Elaboração: 11/06/2013

Data da ata de aprovação: 17/06/2013

Órgão superior competente: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: ( X ) Meio Eletrônico ( X ) Impresso

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	60,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	5,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	10,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
<b>Total</b>		205,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

## Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

A crise de 2008 ainda assola o Brasil. A economia brasileira ainda se mantém abaixo do seu potencial e não está tão aquecida como se esperava (com crescimento de 5% a 5,5%).

O crescimento da economia em 2012 foi extremamente modesto mesmo com todas as medidas de estímulo já adotadas pelo governo, o que torna o resultado ainda mais píffio. Dessa forma, conseguimos ainda perceber uma mudança no foco do Banco Central sobre como conduzir a economia (dando mais peso para o produto do que para a inflação, como é o caso americano, por exemplo). Mas, até o momento, sem grandes impactos aparentemente, pois estamos muito distante do PIB Potencial.

O Brasil parecia se recuperar rápido da crise de 2008 e, ainda que 2009 tenha sido um ano fraco (crescimento negativo de -0,3%, que se pode dizer seja praticamente uma estabilidade, ao invés de crescimento negativo), em 2010, ano de recuperação da crise, o PIB do Brasil cresceu 7,5% (segundo a última divulgação em 02/09/2011) e tudo ia muito bem. Em 2011, aparentemente tudo voltou ao normal e a taxa de crescimento reduziu para 2,7%. A expectativa para o crescimento do PIB para 2012, contudo, é de 1,54% (expectativa FOCUS em 01/11/12).

Assim, ao observar as expectativas de mercado da pesquisa Focus, o resultado da taxa de crescimento esperada para o PIB é de 1,54% e 4,0%, para 2012 e para o biênio 2013/2014, respectivamente. Caso a demanda interna esteja muito aquecida, será necessário importar, que é o que já vem acontecendo, e isso reduz o PIB, mas vale lembrar que se estamos importando, é porque a indústria nacional não é capaz de ofertar seus produtos a preços competitivos, algo a se prestar atenção.

Já no campo da inflação, em 2011 o IPCA fechou em 6,5%, e para 2012 e 2013 as expectativas estão em 5,45% e 5,4% respectivamente (e vale dizer que em 2014 espera-se 5,34%). Nas últimas 10 reuniões do COPOM, o BC reduziu a taxa de juros, em um montante total de 5,25 pontos percentuais. Quando o início de queda começou, em 31/08/2011, a taxa SELIC era de 12,5% a.a. Um corte dessa magnitude representa uma queda de 42%, sob uma base que não era baixa. Com base nas reuniões do COPOM, a Selic deve fechar o ano de 2012 com taxa de juros de 7,25% (como está hoje) e em 2013 espera-se uma elevação de 0,5 p.p., para fechar em 7,75% a.a.

Contudo observamos que o ano de 2012 caracterizou-se por uma política fiscal e monetária expansionista (em 2010 e 2011 era contracionista) com fortes estímulos ao consumo doméstico, aumento nos gastos do governo e renúncia fiscal. Este cenário de queda de taxa de juros histórica que impulsionou todas estas medidas macroprudenciais do governo chegou-se ao seu fim devido ao descolamento da inflação do centro de sua meta e de uma possível revisão de suas projeções para o ano que vem indicando o fim de um ciclo e o início de uma ascensão de taxa de juros para conter a inflação.

No âmbito internacional, a perspectiva para a economia global ainda permanece em um cenário muita incerteza. O crescimento está desacelerando, mas as novas medidas, que foram tomadas pelos Bancos Centrais Europeu e Federal Reserve, deverão encorajar os investidores, conforme as previsões da revista Economist Intelligence Unit. A combinação de recessão na Europa, a demanda extremamente fraca nos EUA e a aversão generalizada ao risco atingiram o mundo em desenvolvimento.

As pressões financeiras na Zona do Euro, em particular, recuaram, mas as condições de negócios continuam difíceis. A expectativa é que o PIB PPP (paridade poder de compra) tenha crescido 3,1% durante o ano de 2012. A expectativa para a recuperação em 2013 ficou um pouco mais fraca, sendo provavelmente (3,5% ante 3,6% no mês anterior).

A Zona do Euro continua atolada na recessão e estaria ainda pior se não fosse o brando crescimento da Alemanha, país que ainda possui grande destaque no comando das negociações e se fortalece como destaque na esfera política.

As recentes decisões econômicas, como o anúncio do programa de compra de bônus de países como Espanha e Itália pelo BCE e o QE3 são o destaque positivo, com o primeiro reduzindo a possibilidade de pânico nos mercados, e o segundo devendo impulsionar ainda mais os preços dos ativos, podendo até desencadear um efeito saudável que aumentaria os gastos dos consumidores, mas isso poderia elevar o preço do petróleo e das commodities.

O crescimento na América Latina deve diminuir pelo segundo ano consecutivo, como reflexo de uma série de fatores mundiais. A perspectiva é de crescimento de 1,5% nesse ano e, com a recuperação da demanda doméstica e a melhora européia, o crescimento no próximo ano pode chegar a 4%.

Nos Estados Unidos, o crescimento do país desacelerou entre abril e junho, pelo segundo trimestre seguido. No 2º trimestre de 2012, a economia dos EUA cresceu 1,7% em base anualizada e as perspectivas para o fechamento da segunda metade do ano de 2012 também não são boas. A expectativa é que o PIB cresça 2,1% em 2012 e 1,9% em 2013, influenciada pela derradeira crise no setor imobiliário que ainda assola o país, além de receber os impactos da crise da Zona do Euro.

No lado asiático, depois de um pouso forçado, a previsão de crescimento da China em 2012 mudou de 8,1% para 7,8%. Para 2013, a expectativa de crescimento do dragão asiático é de 8,6%. O país está demorando mais que o esperado, para sentir os benefícios das políticas de estímulo que seu governo aplica como remédio frente a sua desaceleração. No Japão, a expectativa sobre o crescimento do país em 2012 passou de 1,7% para 2%. “Os gastos para reconstruir o país após o tsunami e o terremoto estão tendo um efeito mais marcante que o esperado”, mesmo assim, a expectativa é que o crescimento diminua para 1,2% no próximo ano, já que o boom pós-desastre irá se encerrar provavelmente no final do ano de 2013.

De nossa parte, temos que argumentar que, por enquanto, de concreto é que a taxa de desemprego e o fraco dinamismo econômico na Europa preocupam muito. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na zona do euro a taxa de desocupação manterá uma tendência de alta, podendo atingir o valor recorde de 11% em 2013. Em maio desse ano, quase 50 milhões de pessoas estavam no desemprego nos países membros da OCDE. A economia da Espanha deve “encolher” em torno de 0,5%, aprofundando a recessão para o próximo ano. Igual situação viverá a economia alemã, com previsão de encolhimento girando em torno de 0,4%. O crescimento francês não deverá ultrapassar 1,3%.

Desanimador também é o prognóstico feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2013 apontando que a economia da zona do euro deverá ter um modesto crescimento de 0,7%. O mesmo organismo prevê que a economia chinesa irá crescer 8,5%, um número 0,3 ponto percentual mais baixo na comparação com o prognóstico anterior. O Fundo projeta para a Índia um crescimento de 6,1% (2012) e, para 2013, de 6,5%. As expectativas para a Rússia ficaram praticamente inalteradas, com previsão de um crescimento em torno de 4% para este ano e também para 2013.

No Brasil, o IPCA deve subir entre 5,3% e 5,4%, porém os cortes nas tarifas de energia elétrica podem ser mitigados pelo reajuste nos combustíveis. Outra questão relevante para a inflação no próximo ano, que não está claramente definida, é a política monetária. O governo e o BC estão dando freqüentes indicações de que a taxa básica de juros deve permanecer estável em torno de 7,75% durante o ano de 2013, mas algum aperto poderá ser necessário para segurar a alta da inflação sinalizando um ciclo bastante diferente daquele que vimos durante o ano de 2012 impulsionado pela queda histórica das taxas de juros.

**Objetivos da gestão**

Buscando alcançar o índice referencial de rentabilidade real para as aplicações dos recursos previdenciários, a estratégia de investimento proposta prevê sua diversificação nos segmentos de renda fixa e renda variável. As aplicações em fundos de investimentos poderão ser efetuadas em mais de uma instituição financeira oficial e, preferencialmente, em fundos de investimentos organizados para receber recursos no termos da legislação federal aplicada aos RPPS.

A administração do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OURINHOS - IPMO, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual ou, se possível, superá-la.

É importante ressaltar que, seja qual for alocação dos ativos, o mercado sempre estará sujeito a períodos adversos, ao menos em parte da carteira. Desta forma, é imperativo que haja um prazo para que o IPMO possa ajustar essas flutuações, permitindo-se a recuperação em caso de perdas ocasionais.

**Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos**

A Política de Investimentos refere-se à alocação dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OURINHOS - IPMO entre as instituições financeiras. Esses recursos serão alocados em segmentos de renda fixa por meio de fundos de investimentos e/ou aquisição de títulos públicos e em segmentos de renda variável por meio de fundos de investimentos, respeitando-se todos os limites, condições e vedações estabelecidas pela Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 ou por outra legislação que venha a complementá-la ou substituí-la, procurando-se sempre maximizar a rentabilidade dentro do mesmo nível de risco. As aplicações no segmento de imóveis somente serão efetuadas com imóveis vinculados por lei ao Regime Próprio de Previdência Social.

De acordo com a Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, a atividade de gestão das aplicações dos recursos do para o exercício de 2013 será realizada por meio de gestão própria.

A competência para definir a aplicação dos recursos financeiros do IPMO é da Diretoria Executiva devendo ser submetido às aprovações necessárias.

A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será apurado por empresa de assessoria financeira contratada pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OURINHOS - IPMO, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010.

Os recursos previdenciários deverão ser alocados nos seguimentos de renda fixa e renda variável.

Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre do ano, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira.

**Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável**

Serão critérios para avaliação de contratadas: a) Solidez e imagem da instituição gestora e administradora; b) Credibilidade da instituição gestora e administradora junto ao mercado financeiro; c) Verificação do enquadramento das alternativas de investimento perante a legislação em vigor e a Política de Investimento; d) Análise do patrimônio líquido do gestor e respectivos fundos de investimento; e) Experiência positiva no exercício da atividade de gestão e administração de recursos de terceiros; f) Segregação das atividades (chinese wall) entre gestor e de recursos e a tesouraria da instituição financeira; g) Taxas cobradas (administração, performance, gestão, custódia e controladoria); h) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.

**Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

O monitoramento da rentabilidade dos fundos e títulos que compõem a carteira do RPPS terá a periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. A cada trimestre os administradores de carteira deverão apresentar relatórios para avaliação de rentabilidade, objetivando a melhor forma de alocação de recursos em termos de rentabilidade, diversificação e gerenciamento de riscos.

**Observações**

Preliminarmente, devemos observar as diretrizes da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 quanto ao enquadramento das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Até o respectivo enquadramento nos limites e condições estabelecidos na Resolução, ficam os Regimes Próprios de Previdência Social impedidos de efetuar novas aplicações que onerem os excessos porventura verificados, relativamente aos limites ora estabelecidos.

O Instituto opta por uma gestão com perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco. Contudo, tendo em vista garantir, ou superar, a meta atuarial, essa gestão buscará as melhores rentabilidades dentro dos investimentos selecionados.

**Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes**

<b>Representante Legal do Ente:</b>	039.209.608-07 - Belkis Gonçalves Santos Fernandes	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	137.193.118-64 - Fernando Nogueira de Oliveira	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>	137.193.118-64 - Fernando Nogueira de Oliveira	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Responsável:</b>	072.164.628-07 - Reinaldo Correia	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>